



# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado)            | <input type="checkbox"/> Artigo científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)      | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação)  | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Leidiane Cristina Monteiro Silva

Matrícula:

2018205221352519

Título do trabalho:

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES.

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 10 /09 /2022

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Iporá

Local

10 /09 /2022

Data

Leidiane Cristina Monteiro Silva

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Olimpic Vaz dos Santos Silva

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**  
*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na  
Modalidade a Distância*

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 10 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 09 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Profa. Olímpia Vaz dos Santos Silva (orientadora), Profa. Lucimar dos Reis Duarte Martins (membro), Profa. Vilma Maria Soares Rodrigues (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Políticas Públicas para o Ensino Fundamental I na Perspectiva da Formação Continuada dos Docentes” da estudante **Leidiane Cristina Monteiro Silva**, Matrícula nº 2018205221352519 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Olímpia Vaz dos Santos Silva

Orientador/Presidente da Banca

Lucimar dos Reis Duarte Martins

Membro

Vilma Maria Soares Rodrigues

Membro

Leidiane Cristina Monteiro Silva

Acadêmica

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

Leidiane Cristina Monteiro Silva<sup>1</sup>

Olímpia Vaz dos Santos Silva<sup>2</sup>

## Resumo:

Este artigo visa abordar a importância da formação continuada para os docentes, em especial os que atuam no Ensino Fundamental I. O estudo se compôs de uma pesquisa bibliográfica, mostrando o que a legislação menciona sobre a formação continuada de professores, bem como a pesquisa de autores que abordaram o tema. Assim, buscou-se averiguar como essa formação pode impactar o desempenho dos docentes em sua prática e proporcionar a melhoria da qualidade do ensino. Averiguou-se também como a pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus, modificou o formato das aulas que, de presenciais passaram a ser online, e depois adotou-se o modelo híbrido de ensino, exigindo dos professores o domínio das tecnologias e o uso de novas metodologias. Isso fez com que se tornasse imprescindível ao docente buscar sempre se aperfeiçoar para atender à nova realidade.

**Palavras-chave:** Formação Continuada, Docente, Educação.

**Abstract:** This study aims to discuss the importance of continued education for teachers, mostly the ones working with Elementary School. For this purpose, a bibliographical research was made for reporting what the education laws mention about continued education, along with specialists' studies about this subject. All of that, in order to check how this continued formation can affect teachers' performance in their practice as well as the improvement of the quality of education for the students. It is also going to be mentioned how the COVID-19 pandemic reshaped classes, going from happening in the classrooms to an online format and then to a hybrid context. All this required some new abilities from teachers, such as mastering new technologies, using new teaching methodologies and making indispensable for teachers to improve themselves when serving this new reality.

**Keywords:** Continued education; Teachers; Education;

## 1. INTRODUÇÃO

A formação inicial é essencial para que o profissional se insira no mercado de trabalho e tenha uma base para executar suas funções. Porém, a formação continuada é que proporcionará a atualização e aperfeiçoamento necessário para

<sup>1</sup>Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano – Campus Iporá. E-mail: [leidiane.monteiro@estudante.ifgoiano.edu.br](mailto:leidiane.monteiro@estudante.ifgoiano.edu.br).

<sup>2</sup>Pedagoga, Pós Graduada em Metodologia da Educação Superior e Administração Escolar. Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Goiás. E-mail: [olimpiavaz2021@gmail.com](mailto:olimpiavaz2021@gmail.com).



enfrentar as mudanças e os desafios impostos pelas transformações que ocorrem na sociedade.

Na formação de professores, isso não é diferente e tão importante quanto ter uma formação inicial para atuar em sala de aula, o docente também precisa estar em constante atualização para dar conta das novas demandas educativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, dispõe que a Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Ensino Fundamental se encontra dividido em I e II e este trabalho se volta para o ensino fundamental I, o qual abrange do 1º ao 5º ano. Com a pesquisa, busca-se analisar as políticas públicas voltadas para a formação continuada dos professores no Ensino Fundamental I e como isso impacta o desempenho destes profissionais em sala de aula.

Ao tratar dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a meta 5 do Plano Nacional de Educação prevê:

[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização; (PNE, 2014)

Neste sentido, promover um ensino de qualidade em um cenário de constantes mudanças requer que o professor se atualize constantemente. Não obstante, para os professores dos anos iniciais isso também é muito importante, visto que as tecnologias estão muito presentes na vida dessa nova geração, formada por sujeitos que desde muito pequenos já dominam as ferramentas digitais e essa realidade precisa ser inserida em sala de aula. No entanto, para que os professores busquem o aperfeiçoamento de sua prática por meio da formação continuada é preciso que tenham políticas públicas efetivas voltadas para essas formações.

Com a criação da LDB em 1996 (9.394/1996) a questão da formação continuada de professores ganhou mais impulso. Dias (2012), afirma que a legislação colocou o professor como eixo central da qualidade da educação e retomou a questão da valorização do profissional ao preconizar temas como a formação continuada.

Partindo da ideia de que a formação continuada de professores contribui para que eles se mantenham atualizados e aptos a atender as necessidades de

aprendizagem dos estudantes, além de trazer benefícios à sua carreira profissional, este trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores no Ensino Fundamental I. Para isso, pretende-se identificar as políticas públicas de formação continuada de professores do Ensino Fundamental I; avaliar os benefícios da formação continuada para a prática docente; sensibilizar e corresponsabilizar os docentes quanto à importância da sua formação continuada.

O trabalho foi composto por uma pesquisa bibliográfica, materializada a partir de consultas a Leis Federais e Estaduais, voltadas para a formação continuada de professores. Além disso, analisou-se a LDB 9394/96, o PNE, PEE, dentre outros. Também houve o estudo de autores clássicos como Libâneo, Nóvoa e Perrenoud, assim como de Dissertações de Mestrado e artigos científicos que abordaram a formação de professores, em especial a formação continuada voltada para docentes do Ensino Fundamental I.

Foi realizada pesquisa qualitativa, a qual visou explicar a importância da formação continuada para os professores do Ensino Fundamental I. A natureza da pesquisa foi estratégica, pois o que se busca é gerar novos conhecimentos sobre essa formação que sejam válidos para estudos práticos. A pesquisa foi exploratória, visando aprofundar os estudos bibliográficos sobre o tema.

A motivação para se estudar a formação de professores veio da observação do contexto atual vivenciado pelos professores, pois a partir de 2020 com a pandemia do novo coronavírus, novas metodologias e estratégias de ensino precisaram ser inseridas na vida escolar. As aulas presenciais foram substituídas por aulas online e os professores necessitaram dominar ferramentas tecnológicas e ministrar aulas à distância com qualidade.

Com o retorno gradual das atividades nas mais diversas áreas, a educação também precisou se readaptar e buscar formas de retornar as aulas presenciais, porém seguindo todos os protocolos de biossegurança exigidos pela pandemia. Na Rede Estadual de Ensino de Goiás foi lançado um Guia de Possibilidades Pedagógicas que traz a educação híbrida como uma nova ferramenta.

Para dar conta da nova realidade no ambiente escolar, torna-se fundamental que os profissionais da educação busquem aperfeiçoar suas práticas e nesse contexto, a formação continuada ganha ainda mais força, pois prepara o professor para enfrentar desafios, dominar tecnologias e ser inovador. Conseqüentemente, tudo

isso recai sobre a qualidade de ensino, pois professores que estão em constante formação são capazes de promover aulas mais dinâmicas e os estudantes se tornam mais engajados e participativos.

Assim, a formação continuada de professores do Ensino Fundamental I é indispensável para que os professores possam contribuir com a construção do conhecimento dos estudantes, que passam aprender verdadeiramente e não apenas acumular informações e decorar conteúdos.

Diante do exposto, o trabalho se encontra dividido em três tópicos. O primeiro, **Legislação: Formação Continuada de Professores**, aborda a legislação que embasa essa formação. O segundo, **Benefícios da Formação Continuada Para a Prática Docente**, ressalta os benefícios da formação para a prática da sala de aula, e o terceiro, **Importância da Formação Continuada dos Docentes**, se volta para a importância da formação para a atuação do professor em seu dia a dia.

A pesquisa é relevante por buscar entender como a formação continuada pode contribuir para a melhoria da atuação do professor, principalmente no contexto de pandemia, no qual o uso das tecnologias esteve muito forte no ambiente escolar.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 LEGISLAÇÃO: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Scheibe (2015), relata que a trajetória das políticas e concepções de formação de professores tem mostrado uma desvalorização desses profissionais. Porém, em meados da década de 1970 a luta pela redemocratização do país acendeu um movimento crítico reivindicando fortes mudanças no sistema educacional.

As mudanças então almeçadas referiam-se, principalmente, às seguintes questões: constituição de um sistema nacional de educação, público e gratuito; erradicação do analfabetismo e universalização da escola pública; valorização e qualificação dos profissionais da educação; plano de carreira nacional com piso salarial unificado; reestruturação da formação de professores e especialistas; e preparação e fixação de docentes nas séries iniciais e na pré-escola. (SCHEIBE, 2015, p. 48).

Vieira (2015), destaca que as políticas de formação de professores se referem a um amplo espectro de iniciativas, sendo tanto as disposições gerais expressas no arcabouço legal acerca do magistério, como ações governamentais das diferentes

esferas do poder. A autora ressalta que os desafios gerados pelas mudanças do mundo nas últimas décadas e a agenda de um quadro propício às reformas nos diferentes contextos internacionais e nacionais trouxeram uma maior visibilidade e preocupação com a questão da formação docente.

Segundo Vieira (2015), a última década do século XX foi palco de transformações vertiginosas. O acesso à informação passou a ser disponibilizado como em nenhum outro momento e o conhecimento se tornou uma nova mercadoria social e econômica. Essa nova era recebeu diferentes denominações, sociedade do conhecimento, era da informação, sociedade em rede.

A globalização, juntamente com a nova tecnologia da informação, está conduzindo a uma revolução na organização do trabalho, na produção de bens e serviços, relações entre as nações e até mesmo na cultura local. E no mercado globalizado, a produção exige habilidades de alto nível e, conseqüentemente, os trabalhadores precisam, não apenas dominar essas habilidades, como se manter em dia com conhecimentos que podem se tornar obsoletos com rapidez (VIEIRA, 2015).

Esse panorama do mundo globalizado impõe novas demandas sobre a educação e os sistemas educacionais. “Para os professores que têm conseguido posicionar-se nesse movimento mais amplo de transformação do mundo, novas possibilidades de informação e mesmo de inserção no mercado de trabalho surgem”. (VIEIRA, 2015, p. 23).

Cabe reforçar que a globalização tem imposto a necessidade de qualificação profissional inicial e continuada, em especial aos professores, cujas cobranças de aperfeiçoamento se fazem necessárias para conseguirem atender ao novo perfil de alunado do século XXI.

Outro desdobramento do avanço do processo de globalização articula-se com a difusão de uma concepção de educação ao longo da vida, assentada nos quatro pilares básicos – aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser – tratados pelo Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI (Unesco 1999). Nesse contexto colocam-se as demandas de um profissional de magistério capaz de aprender a aprender e de uma formação de base generalista. (VIEIRA, 2015, p. 36).

Em seu artigo 21, A LDB dispõe que o Ensino Fundamental deve ser dividido em I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano). A formação inicial e continuada de professores é essencial em todas estas etapas, mas em relação ao Ensino Fundamental I, se faz

muito importante, porque pode ajudar os professores até mesmo a desenvolverem metodologias e estratégias de ensino diversificadas para disciplinas mais específicas.

Furkotter, Morelatti e Faustino (2008), destacam que há conteúdos que os professores dos anos iniciais devem abordar com os alunos, sem nunca os terem aprendido durante toda a sua escolarização e assim, a formação continuada pode ajudar a preencher essa lacuna.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o docente tem um papel muito importante na alfabetização dos estudantes, podendo contar com ferramentas tecnológicas e metodologias diversificadas. Porém, para que de fato a aprendizagem aconteça, o docente precisa conhecer e dominar essas tecnologias.

A legislação brasileira defende a importância da formação continuada para a prática docente. A LDB expressa que:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (LDB, 1996).

Em 2021, o Governo do Estado de Goiás, por meio da Lei 21.085 de 13 de setembro de 2021 e do Decreto 9.963 de 05 de outubro de 2021, instituiu o auxílio aprimoramento para os profissionais da educação. O artigo 3º da Lei 21.085 previu que,

[...] Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, a partir de outubro de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, o Auxílio Aprimoramento Continuado, destinado a cobrir despesas dos servidores da Pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza. (BRASIL, 2021).

E o Decreto 9.963 menciona que,

Parágrafo único. O Auxílio Aprimoramento Continuado destina-se à cobertura de despesas para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza, tem



caráter indenizatório e não se incorpora, em hipótese nenhuma, à remuneração mensal do beneficiário, caracteriza-se como rendimento não tributável e sem incidência de contribuição previdenciária, além de não ser computado para efeito de 13º (décimo terceiro) salário nem para a base de cálculo de margem consignável. (BRASIL, 2021).

Assim, o Governo do Estado de Goiás tem reconhecido a importância da formação continuada para os profissionais da educação, e por meio deste auxílio em dinheiro os servidores podem investir em cursos, comprar livros entre outras coisas que contribuirão para o aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Para comprovar o investimento em aprimoramento, a Portaria 2522/2022, da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, dispõe que o profissional precisará participar de, no mínimo, um curso formativo, conforme a carga horária mínima estabelecida e o período em que deverá ocorrer a participação nas formações. São obrigatórias 40 horas para docentes no período de janeiro a junho e 20 horas para administrativos no período de julho a dezembro.

Com o objetivo de auxiliar os servidores a realizarem os cursos de aperfeiçoamento e qualificação, foi criado, por meio da Lei 20.491, de 26 de junho de 2019, o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (CEPFOR) da Secretaria de Estado da Educação. O CEPFOR tem por objetivo apoiar as políticas de formação dos profissionais da educação do Estado de Goiás e cumprir a Meta 17 do PEE.

Meta 17 - Formar, em nível de pós-graduação 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (PEE, 2015).

Além de ofertar cursos para os servidores da Rede Estadual o CEPFOR também tem atendido servidores da rede municipal, disponibilizando cursos, tanto para a área docente, quanto para os administrativos. Nesse sentido, o órgão tem contribuído de forma significativa para o aprimoramento profissional dos servidores da educação.

Também no ano de 2021, o Governo do Estado de Goiás lançou o programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada AlfaMais Goiás, instituído pela lei 21.071 de 09 de agosto de 2021.

Art. 3º As ações do programa objetivam:

I – garantir que todos os estudantes do sistema público de ensino do Estado de Goiás estejam alfabetizados, na idade certa, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente em séries avançadas; e III – melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás — IDEGO e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB. (BRASIL, 2021).

O AlfaMais Goiás contempla os eixos Gestão Estratégica da Educação Pública Territorial e Gestão Pedagógica da Educação Pública Territorial, visando, dentre outras metas, a formação para professores e gestores municipais. Assim, percebe-se que a legislação voltada para a educação também reconhece o quanto a formação continuada é necessária para que o professor consiga refletir sobre sua prática, rever sua atuação e se aperfeiçoar.

## **2.2 BENEFÍCIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DOCENTE**

Ao analisar disciplinas como a matemática, por exemplo, Furkotter, Morelatti e Faustino (2008), concluíram que muitos docentes atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental cursaram a graduação cujo tempo dedicado a conteúdos específicos da disciplina é considerado pouco. Do mesmo modo, são poucas as alternativas metodológicas apresentadas aos futuros professores, que acabam não inovando, optando por reproduzir aulas e metodologias antigas.

Não é somente nas disciplinas exatas que isso ocorre. Em todos os componentes de ensino que são ministrados nos anos iniciais, deve-se levar em conta que as crianças de hoje são muito diferentes de outras décadas, as tecnologias estão cada vez mais presentes no dia a dia e a sociedade tem passado por transformações que não podem ser ignoradas, nem mesmo no contexto da sala de aula. A aprendizagem precisa ser significativa e o aluno precisa ver sentido prático naquilo que está aprendendo.

Com a pandemia causada pela Covid-19, as transformações foram ainda mais acentuadas. Em 2020, grande parte das aulas passaram a ser ministradas de forma online. No Brasil, o Governo Estadual instituiu a Portaria nº 343 de 17 de março de 2020 que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia da COVID-19. Essa portaria foi alterada pela Portaria nº 345, em 19 de março de 2020, sendo feita seguinte alteração:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020).

Francisco (2020), ressalta que muitos professores passaram pela formação de magistério ou pedagogia há algum tempo, conhecendo e fazendo uso de outras tecnologias, dentro de sua prática e estudo. Com a pandemia, os docentes, recém-saídos dos cursos de graduação, depararam-se com redes públicas e privadas fazendo uso das tecnologias digitais para ensino e aprendizagem, impulsionados pela legislação vigente e largamente propagandeadas como eficazes e modernas. Assim, a pandemia acentuou o uso das tecnologias de comunicação e informação.

O ato de ensinar e aprender é, em si, ato de comunicar e, são as tecnologias de informação e comunicação responsáveis pelo acesso, veiculação e demais formas de ação comunicativa das informações no mundo em que vivemos, e podemos considerar também que o termo TIC abrange também tecnologias mais antigas como o mimeógrafo, o jornal e a televisão. (FRANCISCO, 2020, p. 29).

Para os professores do ensino fundamental, os quais estavam habituados ao contato físico com os estudantes, bem como o uso de quadros e cadernos, a dificuldade de utilizar as tecnologias para mediar suas aulas foi ainda maior. Com os avanços nas pesquisas sobre como prevenir a contaminação pela COVID 19, o lançamento de protocolos de Biossegurança e a descoberta da vacina, muitas unidades escolares foram retornando às aulas presenciais ou semipresenciais de forma gradual.

Na Rede Estadual do Estado de Goiás foi lançado um Guia de Possibilidades Pedagógicas que traz a educação híbrida como uma nova ferramenta. Esse novo modelo de ensino visou garantir a aprendizagem, utilizando aulas presenciais e remotas. Um dos objetivos esteve na redução das desigualdades de aprendizagem impostas pela pandemia, visando o acompanhamento e monitoramento dos estudantes.

Durante o período em que as aulas presenciais foram suspensas e quando o ensino híbrido foi implantado, os professores se viram na obrigação de dominar as tecnologias para conseguir ministrar suas aulas. Ferramentas como *google classroom*, *teams*, *google meet*, *whatsapp*, entre outros se tornaram meios de comunicação e de realização de aulas online.

O Guia de Possibilidades trouxe alguns modelos que podem ser utilizados nas aulas durante o ensino híbrido, como:

- Laboratório Rotacional: os alunos alternam, entre laboratório de informática e a sala de aula. A sala de aula pode ser o momento de troca e interação entre os estudantes com o professor, enquanto no laboratório os estudantes interagem com os conteúdos online.
- Sala de Aula Invertida: os alunos estudam em casa um conteúdo online, organizado para adiantar conceitos que serão, em sala de aula, aprofundados, aplicados ou utilizados na resolução de problemas.
- Rotação por Estações: Em um mesmo tema são oferecidas experiências de aprendizagem que consideram estratégias que contemplam diferentes formas de aprender dos estudantes e eles passam por todas as estações, sendo pelo menos uma delas com tarefas online.

Embora a presença de tecnologias seja forte em muitas instituições de ensino, elas precisaram ser ainda mais digitais, flexíveis e inovadoras, para atender o novo modelo imposto pela pandemia. Ressalta-se que todas essas adequações possibilitaram que as escolas continuassem suas atividades e o ano letivo não ficasse perdido. Porém, para dar conta de seguir os modelos e as metodologias apresentadas no Guia de Possibilidades, muitos professores precisaram buscar cursos, estudar, se aperfeiçoar, o que foi possível por meio de plataformas como AVAMEC, Escolas Conectadas, Escola de Governo (exclusiva para servidores estaduais de Goiás), CEPFOR, entre outros.

Quando o professor que está cursando uma formação continuada consegue, durante esse percurso, colocar em prática na sala de aula o que está aprendendo, é possível mensurar se essa formação é, de fato, significativa. Francisco (2020) descreveu a experiência de uma formação continuada para professores do ensino fundamental, sem conhecimentos avançados em relação ao uso de tecnologias. Durante o curso uma professora foi selecionada para acompanhar uma vivência em seu ambiente de trabalho com os alunos do primeiro ano.

Segundo a autora, a professora, durante a formação, criou um jogo eletrônico que acreditava se adequar à sua turma e levou para sala de aula. Como resultado foi possível perceber que professores e alunos se envolveram nas aulas, os estudantes se apropriaram das tecnologias, o que permitiu à docente explorar com propriedade o



conteúdo proposto, ampliando as discussões nas aulas seguintes, sendo possível melhorar também os déficits de anos anteriores.

Vale ressaltar que, embora muitos docentes sejam profissionais com longa experiência em sala de aula, para ter sucesso frente aos desafios impostos pela cultura digital é necessária a realização de cursos de formação continuada. As práticas inovadoras que são adquiridas por meio das formações continuadas permitem que o ambiente escolar seja um espaço de produção de conhecimento.

Conforme Francisco (2020), para ser possível a integração das TDIC na escola, deve ocorrer um processo que respeite a prática docente e o letramento digital possível e construído pelos professores. “[...] usar as tecnologias digitais no processo de aprendizado para construir conhecimento, e aprender a fazer, ou melhorar o convívio em sociedade por meio da comunicação, implica em letramento digital” (FRANCISCO, 2020, p. 31). A autora também destaca que as TICs abrangem tecnologias mais antigas, mas atualmente existem as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) como os celulares e smartphones, os retroprojetores, os jogos computacionais, lousas digitais, tablets, pendrives, redes sociais, rede sem fio, entre vários outros.

Tais instrumentos podem contribuir muito para a melhoria do desempenho dos professores e proporcionar maior participação dos estudantes nas aulas, mas para isso eles não devem ser vistos apenas como ferramentas instrumentais, pois o uso que os estudantes fazem das tecnologias fora da escola está muito distante do uso educacional. Nesse contexto, a formação continuada pode proporcionar ao docente conhecimentos suficientes para utilizar as NTICs no contexto escolar, sendo este um dos grandes benefícios da formação continuada. Assim, segundo Francisco (2020):

[...] utilizar as TDIC como instrumento mediador para estimular o prazer em descobrir, em investigar, em ter curiosidade e em (re)construir o conhecimento, significa aprender a aprender e entender que a aprendizagem é um processo que nunca está acabado, tomando consciência do próprio processo. (FRANCISCO, 2020, p. 32).

A Base Nacional Comum Curricular traz em algumas de suas habilidades uma referência ao uso das tecnologias digitais para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Isso é contemplado, por exemplo, na habilidade EF05LP28 – “Observar, em ciberpoemas e minicontos infantis em mídia digital, os recursos multissemióticos presentes nesses textos digitais” (BRASIL, 2018 p. 135), e EF15AR26 – “Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos,

gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística.” (BRASIL, 2018 p. 203).

Para que os alunos consigam atingir essas habilidades propostas no documento, Francisco (2020), reforça que não é apenas colocar as tecnologias nas escolas, os professores precisam ser capacitados para fazer o uso pedagógico delas.

Não obstante, outro benefício da formação continuada é proporcionar ao docente uma aprendizagem constante, e fazê-lo ter contato, não só com novos conhecimentos, incluindo também as novas tecnologias. O contato do professor com esses meios possibilita escolhas mais adequadas para diversos tipos de situações que surgirem no ambiente escolar, além de conseguir identificar quais metodologias e estratégias irão atender a cada perfil de estudante.

A prática da docência traz experiência, conhecimento de uma rotina e de ações que se repetem, mas diante dos novos caminhos e desse perfil profissional que se descortina, é imprescindível a busca pelo aprimoramento das práticas e conhecimentos. Embora lousa e giz sejam tecnologias, hoje vemos estes artefatos sendo substituídos por datashows, notebooks, tablets, lousas digitais, e já não é possível dizer simplesmente: “- Não tenho habilidade com isso!”. (FRANCISCO, 2020, p. 38).

Assim, o que se percebe é que tanto para ministrar disciplinas mais específicas, quanto para acompanhar as mudanças e transformações que ocorrem na sociedade, seja pelo avanço das tecnologias ou seja por questões como uma pandemia, a formação continuada torna-se imprescindível para capacitar e qualificar o professor e ajudá-lo a enfrentar os novos desafios e atuar com segurança em sala de aula.

## **2.3 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES**

Para Nóvoa (1992), é na arena da formação de professores que se produz a profissão docente, sendo ela o movimento chave de socialização da configuração profissional. O autor ressalta que a década de 1990 foi marcada pelo signo da formação contínua de professores e o desafio não se resumia na reciclagem de professores, mas na qualificação para o desempenho de novas funções, sendo elas, administração, gestão escolar, orientação escolar e profissional, educação de adultos, entre outras.

Com o advento das tecnologias e a globalização, o mundo está em constante transformação e os profissionais, para se destacarem e continuarem no mercado, precisam estar cada vez mais preparados, independente da área em que atuam. Perrenoud (2000), destaca que uma das novas competências exigidas dos professores é saber utilizar as novas tecnologias.

Libâneo (1998), afirma que com todas as mudanças tecnológicas que vem acontecendo, o professor continua tendo um papel fundamental na educação, pois é este profissional que criará condições cognitivas e afetivas que atribuirão significado às mensagens e informações que os estudantes recebem das mídias, das multimídias e formas variadas de intervenção educativa.

Assim, com a evolução do conhecimento, surgimento de novas metodologias de ensino e novos recursos tecnológicos é preciso colocar o professor no lugar de aprendiz novamente, de receptor de conhecimentos que sejam úteis para os desafios que serão enfrentados em sala de aula. Ademais, a formação continuada permite ao docente ter autoconfiança e motivação para trabalhar com as diversas possibilidades que são originadas pelas tecnologias digitais.

Há muito tempo, a formação continuada passou a ser considerada ferramenta imprescindível para que o docente consiga se manter atualizado e preparado para lidar com as mudanças ocorridas na educação e assim, promover o ensino de qualidade.

Entendemos formação continuada como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente. Ela acontece após a formação inicial, deve desenvolver-se ao longo do ano e ter continuidade nos anos seguintes, oportunizando o encontro dos professores com seus pares e ultrapassando a ideia de cursos isolados e eventuais. (ROSSI; OLIVEIRA, 2021, p. 1).

Rossi e Oliveira (2021), ressaltam que a formação continuada aprimora a prática docente e assegura uma melhor qualidade de ensino aos estudantes. Esse deve ser um processo permanente, ou seja, durante toda a vida profissional o educador precisa se aperfeiçoar, inovar e buscar novos conhecimentos para executar em sala de aula. Também é destacado que um dos desafios da formação continuada é articular a teoria à prática e tal ação deve estar apoiada no saber científico desenvolvido pelas pesquisas, bem como nas experiências do professor.

Silva, Ferreira e Pontes (2015), discorrem sobre importância de não separar teoria e prática no processo de formação docente, sendo necessário encontrar caminhos que superem as fragilidades dessa formação.

Veiga e Viana (2010), falam em formação humana do professor que pode ser considerada como uma ação vital para a melhoria das escolas, pois busca a unidade e a globalidade, fundamentada na construção do processo formativo e articulando as finalidades da educação que é formar o homem, o cidadão, o trabalhador. O professor precisa ser formado para compreender o contexto social em que se efetiva sua atividade docente.

Os professores que desejam inovar e responder aos desafios dos novos tempos devem, usar uma rede de conhecimentos e interações entre pessoas para construir uma visão compartilhada, investigar novos enfoques e aprender com as experiências, reagir proativamente aos problemas, refletir sobre sua prática e estimular o planejamento flexível (VEIGA; VIANA, 2010). Assim, a formação de professores não é apenas uma atualização científica e pedagógica e se estrutura em alguns focos:

- na escola que questiona o seu papel social e sua responsabilidade quanto aos problemas educativos;
- no desenvolvimento dos professores em torno dos conhecimentos do contexto em que trabalham e nas situações de diversidade presentes no dia a dia escolar;
- no estímulo a uma atitude indagadora e crítica de sua própria prática pedagógica, das propostas educativas e da organização institucional;
- na interpretação da diversidade como um recurso acerca a ótica da pesquisa e da intervenção;
- no questionamento e na recriação de conteúdos curriculares, métodos de ensino, materiais didáticos e avaliação de forma que sejam ajustados às características dos alunos. (VEIGA e VIANA, 2010, p. 30).

É muito importante que os cursos de formação continuada não se resumam a métodos e técnicas para os professores utilizarem em sala de aula, mas sim que sejam espaço para refletir sobre a prática pedagógica. Tolentino (2010), destaca que reconfigurar o modo de organizar os cursos de formação requer inovação no planejamento das ações e ousadia para inovar e subverter o instituído.

A formação continuada deve oportunizar ao professor comparar sua prática com o que as teorias pedagógicas abordam, trocar experiências, expor sua forma de ensinar, refletir sobre seu trabalho e levar para a sala de aula os novos saberes adquiridos. Esse processo resulta na melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Para Rossi e Oliveira (2021), além da formação continuada, há também a formação continuada em serviço, que articula o currículo, o material didático, a rotina da aula e as avaliações. É preciso que o docente reflita a partir de tudo o que tem



vivenciado, experimentado na rotina da escola e busque mudanças que precisam ser sentidas na sala de aula. Na formação em serviço, os professores precisam ter um momento em conjunto para dialogarem, trocarem experiências e juntos proporem soluções para os problemas do cotidiano escolar.

Camerini (2017), também defende essa ideia de que a formação continuada de professores, promove a melhoria na qualificação profissional para que a qualidade na educação obtenha sempre maiores índices. E Nóvoa (1992), destaca a importância da formação para o desenvolvimento pessoal dos professores.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1992, p. 13).

Assim, participar de formações continuadas possibilita ao docente ir construindo sua identidade, enxergar novas possibilidades, além de aguçar sua criatividade, a qual será colocada em prática no momento em que estiver ministrando suas aulas.

Mantovanini (2009), ressaltou que os sujeitos precisam saber lidar com a nova e mutável ciência, a rapidez desenfreada da tecnologia e as informações em constante mudança. Nesse cenário, quanto mais hábil, bem formada, capaz de renovar e estabelecer relações, mais preparada está a pessoa para a vida em sociedade.

Tedesco (2015), afirma que é necessária uma articulação entre os saberes dos professores com as políticas de formação, pois é preciso considerar os conhecimentos que não são saberes advindos somente de sua formação inicial, mas também disciplinares, curriculares e experienciais. A autora destaca ainda que a formação continuada deve ultrapassar a tentativa de preencher as lacunas deixadas na formação inicial.

A formação continuada também é um espaço para a troca de saberes e de experiência. Quando um professor compartilha situações que já vivenciou e como procedeu diante delas, isso pode fazer com que outros professores reflitam e caso passem por situações iguais ou semelhantes, sejam capazes de tomar as melhores decisões, visando sempre o aprendizado do estudante.

Outra experiência que a formação continuada pode proporcionar é a simulação do ambiente da sala de aula, a indicação de atividades e metodologias que podem ser exploradas pelos professores com suas turmas. A exemplo da formação realizada pela Equipe Regional de Iporá do Programa AlfaMais Goiás em 2022.

Na formação foram apresentados para 24 formadores municipais, livros, brincadeiras, metodologias e recursos que podem ser utilizados em sala de aula, com crianças da Educação Infantil e da Alfabetização de 1º e 2º anos. As Formadoras Municipais têm o papel de replicar a formação para os docentes dos municípios, de modo a repassar o conhecimento sobre novas práticas pedagógicas a serem utilizadas, de forma que as aulas sejam mais atrativas e diversificadas, contribuindo para a alfabetização das crianças.

Também foram trabalhadas contações de histórias com caracterização, criou-se cenários, como o cantinho da leitura, além de serem realizadas atividades que poderia servir de inspiração para que as professoras utilizassem nas salas de aulas.



Momento de Contação de História – Formação AlfaMais Goiás / Regional Iporá



Formadora Municipal Realizando atividade que pode ser replicada em sala de aula - Formação AlfaMais Goiás / Regional Iporá



Ambiente Cantinho da Leitura -  
Formação AlfaMais Goiás / Regional  
Iporá



Ambiente Mural do Autor - Formação  
AlfaMais Goiás / Regional Iporá

Além de vivenciar momentos que podem ser utilizados em sala de aula, a formação continuada também possibilita aos docentes ter um conhecimento maior

sobre os documentos curriculares e a importância de conhecer e utilizá-los. Muitos professores acabam utilizando esses documentos de forma engessada, sem alinhar os conteúdos que estão dispostos neles com a prática. Compreende-se que a formação continuada pode despertar o olhar do professor para ter uma outra postura em relação aos princípios norteadores e seus documentos.

Tanto os autores abordados, quanto a legislação, ressaltam que o professor precisa se capacitar e buscar uma formação continuada para exercer sua profissão. Esse processo visa cumprir o papel da educação, que é formar cidadãos autônomos e protagonistas da vida em sociedade.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização do trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa, visando explicar o porquê da importância da formação continuada para os professores do Ensino Fundamental I. Não se pretendeu tabular, representar numericamente a quantidade de professores que realizam formação continuada, mas reforçar o que a bibliografia traz sobre essa formação. De acordo com Gerhart e Silveira (2009):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHART e SILVEIRA, 2009, p. 32).

A natureza da pesquisa foi estratégica, pois se buscou gerar novos conhecimentos sobre a formação continuada de professores no Ensino Fundamental I, porém não havendo uma aplicação prática para se chegar a esses conhecimentos e sim uma revisão teórica. No entanto, o que se pretendeu também foi produzir conhecimentos que sejam válidos para estudos práticos.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, visando aprofundar os estudos bibliográficos sobre a formação continuada de professores no Ensino Fundamental I, a fim construir descobertas e suscitar a importância dela.

Entre os procedimentos metodológicos estão: pesquisas bibliográficas através do estudo de autores clássicos como Libâneo, Nóvoa e Perrenoud, além de Dissertações de Mestrado e artigos científicos que abordam a formação de professores, em especial a formação continuada para os docentes do Ensino Fundamental I.



Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, recorrendo ao que a Legislação da Educação aborda sobre a formação continuada de professores. Entre os documentos estudados estão a LDB, o PNE e o PEE.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Vivemos em um cenário de constantes mudanças e para que o profissional se mantenha no mercado de trabalho desempenhando suas funções com excelência, é preciso buscar o aperfeiçoamento constante. É importante primar pela qualificação, de modo que seja possível enfrentar novos desafios, além de dominar tecnologias, que a cada dia estão mais presentes em todos os setores da sociedade.

As tecnologias fazem parte do cotidiano das pessoas e os estudantes de hoje pertencem a uma geração conectada, que não consegue desenvolver suas atividades sem a presença da internet ou dos meios digitais. Para que as aulas tenham qualidade, essa nova característica da atualidade precisa ser incorporada nas salas de aula.

Com a pandemia do novo coronavírus, as aulas deixaram de ser presenciais e passaram a ser mediadas por tecnologias e os professores se viram na obrigação de dominar diversas ferramentas tecnológicas. Em se tratando do ensino fundamental I o desafio foi ainda maior, pois ensinar crianças pequenas sem o contato físico e a atenção que essa faixa etária precisa, fez com que muitos professores tivessem que encontrar novas estratégias e metodologias para que as aulas e a aprendizagem de fato acontecessem.

Assim, nesse contexto de mudanças, a formação continuada de professores ganhou um peso ainda maior. Desde a criação da LDB, a formação continuada ganhou notoriedade, mas com o advento das tecnologias, ela se tornou primordial para o bom desempenho do docente em sala de aula.

A Legislação voltada para a educação defende a formação continuada de professores e Estados como o de Goiás têm disponibilizado diversos meios para os servidores da educação se aperfeiçoarem e se qualificarem para o desempenho de suas funções.

Além do auxílio, o Governo tem investido também em programas como o AlfaMais Goiás, que para garantir a alfabetização das crianças na idade certa até o 2º

ano do Ensino Fundamental, propondo a formação para os professores que atuarão nessas séries.

Os professores que atuam no Ensino Fundamental I tem o papel de alfabetizar seus estudantes, o que é uma função de muita responsabilidade, e para que o trabalho em sala de aula seja de qualidade, esses profissionais precisam estar sempre revendo suas práticas. Isso é possível por meio da troca de experiências, além da busca por novos conhecimentos a serem incorporados em sala de aula e que contribuirão com a melhoria da aprendizagem. Ressalta-se que tudo isso pode ser proporcionado por meio da formação continuada.

Assim, a formação continuada precisa ser incorporada a vida profissional dos docentes, para que consigam ministrar aulas que atendem à nova realidade da educação e que sejam capazes de promover uma aprendizagem de qualidade aos estudantes.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar as políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores, em especial os do Ensino Fundamental I, para verificar a importância dessa formação para a melhoria da prática docente e, conseqüentemente, da qualidade das aulas, principalmente neste contexto de pandemia, em que a presença das tecnologias esteve muito forte no ambiente escolar.

Para a realização do trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa, buscando explicar a importância da formação continuada para os professores do Ensino Fundamental I, com base no que autores e a legislação retrata sobre esse tema.

Foi realizada uma pesquisa de natureza básica estratégica, com objetivo de produzir conhecimentos que sejam válidos para estudos práticos. E também uma pesquisa exploratória, com aprofundamento dos estudos bibliográficos sobre a formação continuada de professores no Ensino Fundamental I, a fim de se realizar descobertas e suscitar a importância dessa formação. Foram consultadas obras de autores clássicos como Libâneo, Nóvoa e Perrenoud, além de Dissertações de Mestrado e artigos científicos.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, recorrendo ao que a Legislação da Educação aborda sobre a formação continuada de professores. Entre os documentos estudados estão a LDB, o PNE e o PEE.

Afim de atingir uma compreensão da análise das políticas públicas para a formação continuada de professores do Ensino Fundamental I, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro, identificar as políticas públicas de formação continuada de professores para o Ensino Fundamental I; o segundo, avaliar os benefícios da formação continuada para a prática docente e o terceiro, sensibilizar e responsabilizar os docentes quanto à importância da formação continuada.

Após o levantamento bibliográfico, foi possível constatar que, o que a legislação traz sobre a formação continuada e o que os autores abordam sobre esse assunto comprova que essa formação pode impactar de forma positiva a prática do docente do Ensino Fundamental I, assim como melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Existem muitas plataformas digitais e sites gratuitos que ofertam a formação continuada, além dos cursos presenciais, sendo importante o docente perceber que buscar novos cursos e se manter atualizado só contribuirá de forma positiva para a melhoria de sua prática. A formação continuada, prepara o docente para atuar com maior segurança em sala de aula, possibilita o domínio de diversas ferramentas tecnológicas e apresenta novas metodologias e estratégias para se trabalhar no dia a dia com os estudantes.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga e VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. Formação de Professores: Um campo de possibilidades inovadoras. In.: ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga e SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.) **A Escola Mudou. Que Mude a Formação de Professores!**. Campinas, SP; Papyrus 2010, pp. 13 – 34.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. MEC: Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf). Acesso em: 15/08/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15/08/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, em 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19..** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 21/01/2021

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 345, em 19 de março de 2020. **Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-345-2020-03-19.pdf>. Acesso em: 21/01/2021.

BRASIL. Lei 21.085 de 13 de setembro de 2021. **Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado de Educação, autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir o Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta e dá outras providências**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/go/lei-ordinaria-n-21085-2021-goias-dispoe-sobre-o-reajuste-do-vencimento-dos-professores-agentes-administrativos-educacionais-e-do-pessoal-contratado-temporariamente-na-secretaria-de-estado-da-educacao-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-a-instituir-o-auxilio-aprimoramento-continuado-no-ambito-da-mesma-pasta-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21/01/2021.

BRASIL. Lei 21.071 de 09 de agosto de 2021. **Cria o Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás pela criança alfabetizada, em regime de colaboração com os municípios goianos, e dá outras providências**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104258/pdf>. Acesso em: 12/02/2021.

BRASIL. Decreto 9.963 de 05 de outubro de 2021. **Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, o Auxílio Aprimoramento Continuado**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104374/pdf>. Acesso em: 21/01/2021.

CAMERINI, Neila Carla. **Formação continuada dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo em duas redes municipais do Alto Uruguai.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Fronteira do Sul – Campus Chapecó, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/bitstream/prefix/1912/1/CAMERINI.pdf>. Acesso em: 30/08/2021.

DIAS, Simone Chaves. **Políticas públicas de Formação continuada de professores: A experiência do município de Itaguaí.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3379/simone-chaves.pdf>. Acesso em: 30/08/2021.

FRANCISCO, Márcia Mangela. **Formação Continuada Para Professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais: A Importância das Tecnologias Digitais na Prática Docente.** 2020. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Câmpus Curitiba. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24313/1/CT\\_TCTE\\_III\\_2020\\_38.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24313/1/CT_TCTE_III_2020_38.pdf). Acesso em: 27/02/2022.

FÜRKOTTER, Monica; MORELATTI Maria Raquel Miotto; FAUSTINO Monica Podscian. **Formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal visando uma mudança no processo ensino e aprendizagem de matemática: avanços e dificuldades.** 2008. Disponível em: <https://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo4/formcontinudadeprofs.pdf>. Acesso em: 30/08/2021.

**Guia de Possibilidades Pedagógicas.** Secretaria de Estado de Educação de Goiás. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/GUIA-DE-POSSIBILIDADES.pdf>. Acesso em: 21/01/2021.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 18.969, de 22 de Julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação **(PEE)**, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf>. Acesso em: 22/03/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação **(PNE)** e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 15/08/2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019 - Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/100701/lei-20491](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100701/lei-20491). Acesso em: 22/03/2022.

LIBÂNEO, José C. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOVANINI, Regiane. **Formação continuada de professores do ensino fundamental I: subsídios para uma proposta em análise.** 2009. Dissertação



(Mestrado de Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10176>. Acesso em: 30/08/2021.

NÓVOA, Antônio. **A Formação da Profissão Docente**. In: Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf). Acesso em: 30/08/2021.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre, Editora ArtMed, 2000.

ROSSI, Jocelaine Regiane Duarte; OLIVEIRA, Joan Edesson de. **Formação Continuada em Serviço**. 2021.

SCHEIBE, Leda. Formação de Profissionais da Educação Pós LDB: Vicissitudes e Perspectivas. In: ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga e AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Formação de Professores: Políticas e debates**. Campinas, SP; Papyrus, 2015, pp. 45 – 60.

SILVA, Flávia Damascena Sousa; FERREIRA, Marilda de Lima Oliveira e PONTES, Ueslene Maria Ferreira. Formação de Professores: dialética teoria/prática e universidade/escola. In.: BORGES, Guilherme Figueira. Silva Paula Junqueira da e PERES, Thalitta Fernandes de Carvalho (orgs.). **Novos Paradigmas de Ensino: adaptações curriculares e o direito ao saber**. Goiânia, GO; PUC Goiás, 2015, pp 127 – 143.

TEDESCO, Sirlei. Formação continuada de professores : Experiências integradas de políticas educacionais - PNAIC e PROUCA - para alfabetização no ensino fundamental de uma escola pública. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3819/1/466414.pdf>. Acesso em: 22/03/2022.

TOLENTINO, Maria Antônia Honório. Educação Continuada: Uma experiência vivenciada nos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos. In.: ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga e SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.) **A Escola Mudou. Que Mude a Formação de Professores!**. Campinas, SP; Papyrus 2010, pp. 115 – 138.

VIERA, Sofia Lerche. Políticas de Formação em Cenários de Reforma. In: ALENCASTRO, Ilma Passos Veiga e AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Formação de Professores: Políticas e debates**. Campinas, SP; Papyrus, 2015, pp. 13 – 44.